

## O poder de indicar: preferências legislativas de vereadores mineiros

MARTA MENDES DA ROCHA  
BRUNO SOUZA DA SILVA

### RESUMO

■ Muito tem sido dito sobre a atuação de vereadores nas câmaras municipais brasileiras. Com raras exceções, seja no meio social ou acadêmico, o trabalho parlamentar nas cidades é visto com desconfiança ou sem importância para o conjunto das grandes decisões políticas. Devido às limitadas competências legislativas dos vereadores, predomina uma percepção de que tais representantes pouco teriam a acrescentar ao jogo político local. O foco deles estaria em utilizarem o espaço no Legislativo para viabilizar interesses meramente pessoais. A forma pela qual realizariam tais feitos seria lançando mão de práticas clientelistas e assistencialistas, pouco preocupando-se com tarefas fundamentais como fiscalizar os recursos públicos e legislar de modo universalista. Mas será que esta visão sobre a atuação dos representantes locais revela que atuam de modo tão simplista assim? Questionando tais pressupostos, neste artigo mostramos que a representação política no nível municipal é multifacetada e os vereadores desempenham papel relevante na representação dos interesses e demandas de sua comunidade. A partir de dados obtidos em um *survey* com vereadores mineiros, lançamos luzes sobre o uso que tais vereadores fazem de um importante instrumento do Legislativo, as indicações. Por meio delas, os vereadores solicitam aos órgãos da Administração Pública o atendimento de demandas dos eleitores e grupos sociais do município. As evidências que apresentamos apontam que vereadores priorizam a busca da solução de problemas do município quando procuram representar demandas dos seus eleitores.

## ABSTRACT

■ Much has been said about the actions of city councilmen in the Brazilian municipal councils. With rare exceptions, be it social or academic, municipal parliamentary activities are viewed with suspicion or considered unimportant for all major political decisions. Due to councilor's limited legislative powers, a perception prevails that such representatives would have little to add to the local political game. Their focus would be on using the Legislature to enable purely personal interests. The way in which they would carry out such feats would be through the use of patronage and welfare practices, with little concern for fundamental tasks such as monitoring public resources and legislating in an inclusive universal way. But does this insight into the work of local representatives reveal that they act so simplistically? By questioning these assumptions, this article shows that political representation at the municipal level is multifaceted and councilors play a relevant role in representing the interests and demands of their community. Based on data obtained from a survey of city councilmen from Minas Gerais, we have shed light on the use that these councilors make of an important instrument of the Legislature: political indications. Through them, city councilors request that the Public Administration bodies meet the demands of voters and social groups in the municipality. The evidence we present indicate that city councilors prioritize the search for solutions to the municipality's problems when they seek to represent the demands of their voters.

## INTRODUÇÃO

■ Neste artigo discutimos a representação política no nível municipal a partir de dados obtidos em um *survey* com vereadores mineiros. Mais especificamente, lançamos luzes sobre o uso que tais vereadores fazem das indicações, um instrumento do Legislativo que lhes permite solicitar aos órgãos da administração pública o atendimento de demandas dos eleitores e grupos sociais do município. De acordo com estudos recentes (SILVA, 2014; D'ÁVILA FILHO; LIMA; JORGE, 2014), as indicações são o principal instrumento utilizado pelo vereador para construir e manter vínculos com os eleitores, assim como oferecer respostas aos problemas e demandas vocalizadas por eles.

Embora nas últimas décadas os estudos sobre a política municipal tenham se intensificado, pode-se afirmar que a atuação dos vereadores recebeu pouca atenção até o momento. Por um lado, isto se explica pelas reduzidas competências

reservadas às câmaras municipais brasileiras, sobretudo quando comparadas às prerrogativas controladas pelo Poder Executivo municipal. Por outro, predomina ainda muito desconhecimento sobre as atividades parlamentares nos municípios. Um conjunto de impressões compartilhadas socialmente e, em parte, reproduzidas no âmbito acadêmico, cerca a atuação dos vereadores e das câmaras municipais.

Resumidamente, elencamos as seguintes impressões: (1) as câmaras municipais são consideradas instituições frágeis e improdutivas, enquanto os vereadores aparecem como atores pouco relevantes do jogo político devido à sua capacidade limitada para iniciar ações com impactos distributivos e sociais; (2) comparados a políticos que atuam em outras esferas de governo, os vereadores se inclinam mais às práticas assistencialistas e clientelistas, materializadas no atendimento a pedidos individuais dos eleitores; (3) as câmaras municipais, em sua maioria, parecem governistas e pouco eficientes na tarefa da fiscalização do Executivo. Algumas destas impressões podem ser evidenciadas na ideia, bastante difundida, de que os vereadores se ocupam, apenas, da denominação de ruas, realização de homenagens e distribuição de benefícios particulares para os eleitores.

Alguns estudos recentes, contudo, buscam problematizar essa visão, chamando a atenção para a diversidade de padrões de representação que podem ser encontrados nos municípios brasileiros, muito heterogêneos do ponto de vista demográfico, socioeconômico e político (KERBAUY, 2005; P. SILVA, 2014; ROCHA e KERBAUY, 2014; LAVAREDA e TELLES, 2016). Neste sentido, não seria possível fazer afirmações gerais sobre as formas de interação entre vereadores e eleitores, e entre as câmaras municipais e prefeituras no Brasil. A partir desta constatação, observa-se, cada vez mais, o esforço em compreender as diferentes dinâmicas de representação em diferentes contextos e o seu significado para vereadores, eleitores e grupos sociais.

Neste artigo pretendemos contribuir para ampliar a compreensão sobre o exercício da representação no nível municipal por meio do estudo das indicações. Isto será feito a partir de dados obtidos em um *survey* realizado com vereadores de municípios do estado de Minas Gerais. Nosso objetivo é analisar a frequência com que estes vereadores usam as indicações e obtêm êxito na sua utilização. Procuraremos identificar, também, alguns fatores que tornam os vereadores mais propensos a obter sucesso no atendimento ao que é solicitado. Nossa expectativa inicial é a de que as indicações – devido aos baixos custos envolvidos em sua apresentação – são um instrumento largamente utilizado

pelos parlamentares. Contudo, esperamos que variáveis de contexto, como o porte do município, e algumas características individuais dos vereadores – a experiência política e a posição em relação ao governo – possam impactar tanto o uso quanto o êxito dos vereadores em verem as indicações atendidas pelos órgãos do Executivo.

O artigo está organizado em quatro seções para além dessa introdução. Na primeira seção, traçamos um paralelo entre o uso que os vereadores fazem das indicações e o que os estudos legislativos denominam como *constituency service*. Discutimos a forma como a literatura tem compreendido o uso das indicações e algumas interpretações sobre o seu papel e significado para os vereadores. Na segunda seção apresentamos maiores detalhes sobre a pesquisa realizada junto aos vereadores e analisamos o primeiro conjunto de dados relativos à intensidade e à frequência no uso das indicações. Na terceira seção exploramos alguns fatores associados ao uso do instrumento e ao êxito dos parlamentares em ver suas solicitações atendidas. Finalmente, na quarta seção, apresentamos nossas considerações finais.

#### A VEREANÇA E O INSTRUMENTO DAS INDICAÇÕES: APONTAMENTOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA LOCAL

■ A indicação é um instrumento do Legislativo previsto nas câmaras municipais brasileiras por meio do qual os vereadores podem solicitar aos órgãos e autoridades públicas do município, e de outras esferas de governo, o atendimento de reivindicações dos eleitores e grupos sociais a respeito de problemas dos municípios, bem como de seus bairros e regiões. Trata-se de um instrumento legislativo porque deve ser escrito e prevê um processo específico nas câmaras, embora não modifique legislações vigentes (B. Silva, 2014). Por essa razão, desde que a casa legislativa mantenha um registro organizado das iniciativas dos vereadores, é possível identificar o autor da indicação, seu conteúdo, o órgão acionado e os beneficiários da solicitação. De todo modo, é um instrumento importante para o exercício da representação, pois permite que os vereadores busquem responder às demandas da população.

As solicitações apresentadas por meio deste instrumento abarcam uma série de temas e questões, indo desde melhorias em vias públicas, reparos em equipamentos públicos, ampliação de benefícios sociais, intimação de proprietários por irregularidades em terrenos, melhorias na prestação de serviços públicos fundamentais, entre outros. Os benefícios solicitados pelos vereadores

são, geralmente, de responsabilidade de órgãos da administração municipal.<sup>1</sup> Entretanto, o número elevado de indicações apresentado pelos parlamentares em vários municípios brasileiros sugere que boa parte dos eleitores e grupos sociais prefere acionar o Legislativo para obter providências e soluções junto a órgãos do Executivo.

Uma das teses compartilhadas na literatura é a da falta de clareza do eleitor a respeito das funções das câmaras (NETO, 2003), que deveriam se dedicar essencialmente às tarefas de legislar e fiscalizar enquanto a prefeitura se dedica prioritariamente à execução de obras e à prestação de serviços públicos. Segundo esta visão, tal confusão leva os eleitores a demandarem dos vereadores providências e resoluções de problemas públicos que cabem ao prefeito, não ao vereador. Ademais, os vereadores participariam de maneira passiva do processo de governar a cidade (COUTO e ABRÚCIO, 1995), uma vez que se preocupam mais em obter benefícios junto ao Executivo – o qual negocia, em larga medida, fisiologicamente com os parlamentares – do que em legislar autonomamente. Seguindo esta linha argumentativa, as indicações seriam a expressão pura e simples dos interesses mesquinhos e particulares dos vereadores, os quais reforçariam a dependência dos eleitores em relação a eles. Mas esta compreensão tem sido alvo de críticas, sobretudo em estudos que converteram o instrumento das indicações em objeto específico de pesquisa.

D'Ávila Filho, Jorge e Lima (2014) compreendem que a indicação é o instrumento, por meio do qual, vereadores procuram representar interesses parciais, que seriam tão legítimos quanto interesses mais coletivos no processo político municipal. Desta forma, os vereadores atuam como ouvidores dos eleitores junto ao Executivo, levando ao prefeito sugestões, demandas e solicitações de melhorias para a cidade, suas regiões e bairros por meio das indicações. Portanto, as trocas que são feitas entre Executivo e Legislativo, e entre os eleitores e seus representantes, expressas através da apresentação das indicações e do seu possível atendimento, são responsáveis por estruturar a “conexão eleitoral local”.

Compartilhando de entendimento semelhante, mas com foco na dinâmica de atendimento às indicações, B.Silva (2014) as identifica como importante moeda de troca na relação entre Executivo e Legislativo no processo de construção e manutenção da base de governo nas câmaras municipais. Neste sentido, além dos

---

1 As indicações são direcionadas ao Executivo municipal. Mas, em alguns casos, o tipo de providência solicitada ou benefício almejado não é de responsabilidade da prefeitura. Neste caso, o órgão municipal acionado pode encaminhar a indicação para outros órgãos públicos, inclusive em outras esferas de governo.

vereadores concentrarem sua atuação na apresentação das indicações, elas são um recurso político importante por meio do qual o Executivo, ao atendê-las, procura manter organizada sua base de governo. Dito de outra maneira, o atendimento às indicações acaba sendo um dos instrumentos que compõe a “caixa de ferramentas” (POWER, 2015) dos prefeitos para a manutenção da governabilidade.

Guardadas as devidas proporções e considerando as diferenças de escala, é possível afirmarmos que as indicações – na relação entre eleitores e representantes – se assemelham àquilo que os estudiosos do legislativo denominam como *casework* ou *constituency service*. Esta seria, segundo Fiorina (1977), uma das atividades mais desempenhadas pelos legisladores norte-americanos, em nível nacional e estadual, às quais eles dedicariam boa parte de seu tempo, energias e esforços. O *constituency service* corresponde ao atendimento direto às demandas dos eleitores e grupos sociais do seu distrito e, na maior parte das vezes, consiste na atuação do representante no sentido de intervir, assessorar e defender os interesses e direitos dos eleitores junto às agências administrativas do Estado. Trata-se, portanto, de uma tarefa de mediação que se torna mais importante à medida que o Estado e suas agências burocráticas acumulam responsabilidades na provisão de bens e serviços para os eleitores.

Neste sentido, congressistas e legisladores estaduais seriam acionados por eleitores individuais e grupos de seu distrito para lidar com uma ampla variedade de problemas e assuntos. Desde o mero pedido de uma informação, até o auxílio para que o legislador interfira junto às agências administrativas do Executivo no sentido de influenciar suas decisões e prioridades alocativas, bem como acelerar a tramitação de processos. Segundo Fiorina (1977), o *constituency service*, ao lado do *porkbarrel*, seria uma das formas mais seguras e lucrativas de se atrair votos porque, comparado com a elaboração legislativa, envolve menos custos, é menos controverso e gera mais benefícios do que custos. Além disso, seus resultados são mais tangíveis para os eleitores de modo que o legislador não precisa se empenhar arduamente na reivindicação de crédito (*credit claiming*) pelo benefício entregue ou favor realizado.

O atendimento direto às demandas dos eleitores torna-se uma estratégia racional para os parlamentares justamente porque os eleitores acreditam que eles, por estarem em posição privilegiada, podem, a partir de seu esforço individual e do acionamento de seus contatos na burocracia pública, auxiliá-los na resolução de problemas e na entrega de benefícios. Todos esses fatores explicariam porque os legisladores, cada vez mais, estariam priorizando o atendimento às demandas individuais de seus eleitores ao invés de perseguir políticas programáticas. Tais

políticas, além de serem mais controversas, conferem pouca influência para o legislador individual sobre os seus resultados finais.

Podemos dizer que dinâmica semelhante ocorre na relação dos vereadores com seus eleitores<sup>2</sup>. Comparado ao cidadão comum, o vereador mostra-se em situação privilegiada pela posição institucional que ocupa. Os eleitores acreditam que os vereadores podem auxiliá-los na solução de seus problemas junto ao Executivo mobilizando suas relações políticas (e, mesmo, pessoais) com o prefeito e os secretários municipais. Logo, eles percebem que o vereador possui importante papel de mediação dos interesses da população junto ao Executivo. Além disso, a morosidade dos órgãos públicos, a complexidade dos procedimentos burocráticos, e os déficits de informação dos eleitores fazem com que estes procurem os vereadores para atender às suas demandas. Para o cidadão comum, vereadores, por estarem mais próximos, parecem ser mais eficientes para resolver os seus problemas. Mesmo a comunicação entre vereador e cidadãos é mais fácil e corriqueira do que entre os cidadãos e o prefeito. Mesmo em municípios maiores a atuação dos assessores legislativos com penetração nos bairros e regiões favorece o fluxo de informações entre representantes e eleitores.

No nível municipal brasileiro, o *constituency service* parece envolver uma gama muito mais ampla de questões, assuntos e demandas, com destaque para os pedidos relacionados à melhorias infraestruturais, atendimento em órgãos públicos e realizações de obras. Como mostram nossos dados, mesmo os pedidos de recursos materiais não são desprezíveis. Logo, as indicações poderiam ser vistas como um instrumento do Legislativo por meio do qual os vereadores buscam oferecer respostas para uma ampla gama de problemas e demandas de seus eleitores.

Nossos dados sugerem que o “atendimento”, como comumente vocalizado pelos vereadores, concentra o trabalho dos representantes, mais do que a elaboração legislativa e a fiscalização orçamentária do Executivo. No caso brasileiro, isso se explicaria pelos constrangimentos institucionais interpostos à atuação dos parlamentares na elaboração de leis. Somado a isso, os altos custos de aprovar uma lei de iniciativa parlamentar que possua impacto social, tornaria a atividade menos interessante e rentável para os vereadores do ponto de vista da obtenção

---

2 A comparação com os legislativos norte-americanos é útil até certo ponto. Se lá temos casas legislativas fortemente institucionalizadas com alto grau de profissionalização da carreira legislativa, aqui lidamos com um contexto de baixa institucionalização das câmaras municipais nas quais muitos vereadores compatibilizam o exercício do mandato com outras tarefas e ocupações, relegando o desempenho da função pública a um segundo plano diante de suas tarefas privadas.

de votos. Contudo, como mostra uma pesquisa recentemente conduzida por P. Silva (2014), não é inteiramente correto afirmar que as câmaras municipais são irrelevantes do ponto de vista da elaboração de políticas públicas com impacto sobre a vida dos cidadãos do município.

Também em relação à fiscalização, afirma-se que as câmaras municipais seriam instituições muito pouco eficientes e que os vereadores, de modo geral, teriam pouco interesse e êxito nesta atividade (ANDRADE, 1998; NETO, 2003). As câmaras municipais, em geral, são vistas como tendentes ao governismo, o que se explicaria pela concentração de poder em torno dos prefeitos e pelo prestígio e posição que gozam na política local. Neste sentido, seria mais interessante e menos custoso para os vereadores fazerem vistas grossas para irregularidades cometidas pela prefeitura. Além dos obstáculos institucionais e procedimentais para mobilizar os mecanismos de fiscalização com êxito, a fiscalização pode significar para o vereador se indispor com os prefeitos e ver todas as portas dos órgãos administrativos municipais fechadas para ele.<sup>3</sup>

Como já afirmamos, as indicações são um dos principais meios pelos quais os vereadores se dedicam ao atendimento dos pedidos dos eleitores e buscam oferecer respostas às suas demandas e problemas. A compreensão do significado deste dispositivo, contudo, não é tão simples como parece. De um lado, ela se apresenta claramente como um instrumento utilizado nas relações entre vereadores e eleitores. Por outro, é possível que ela desempenhe um papel importante também na própria relação dos vereadores com o Poder Executivo. Por meio dos dados produzidos junto aos vereadores mineiros, abordaremos estas e outras questões. É o que faremos a partir da próxima seção.

## PERCEPÇÃO DOS VEREADORES A RESPEITO DA ATIVIDADE POLÍTICA

■ Neste artigo, ao invés de nos basearmos em indicadores objetivos de comportamento parlamentar – como a produção legislativa e as votações de projetos, bastante usuais nos estudos legislativos – nos valem de dados de opinião obtidos junto a uma amostra não representativa de vereadores mineiros eleitos em 2012.

---

3 Não é objetivo deste artigo aprofundar no tema da fiscalização. Entretanto, nossa pesquisa produziu várias evidências que sugerem a necessidade de problematizar a tese do governismo nas câmaras municipais da forma como vem sendo apresentada na literatura. Basta considerar o fato de que 45,7% dos vereadores entrevistados tenham se declarado de oposição ou independentes e de que a fiscalização tenha sido a segunda atividade mais valorizada por eles.



Os dados analisados são um dos resultados da pesquisa “Representação política no nível municipal no Brasil” desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL/ICH/UFJF).<sup>4</sup>

O instrumento de pesquisa utilizado foi elaborado ao longo de dois anos. Envolveu a realização de dois pré-testes e se beneficiou dos resultados de etnografias realizadas em câmaras municipais e junto a vereadores de municípios pequenos e médios.<sup>5</sup> Essa estratégia foi fundamental para adequar a linguagem utilizada e aproximá-la ao máximo dos termos e expressões utilizados no dia-a-dia dos vereadores.

A pesquisa de campo foi realizada entre os dias 23 de fevereiro e 27 de novembro de 2015. As entrevistas foram presenciais e individualizadas, realizadas por uma equipe treinada. Ao final, foram entrevistados 422 vereadores de 44 municípios das dez regiões de planejamento de Minas Gerais, de um total de 489.<sup>6</sup> Os municípios foram sorteados dentro de seis estratos definidos em função do número de habitantes e do percentual de pobres: pequeno-rico, pequeno-pobreza média, pequeno-pobre, médio-rico, médio-pobreza média e grande-rico.<sup>7</sup>

Embora se trate de uma amostra não representativa, algumas características dos municípios incluídos na pesquisa e dos vereadores entrevistados convergem, em grande medida, com as características dos municípios do estado e do país, e

---

4 A pesquisa foi realizada no âmbito do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contou com a participação de mais de uma dezena de estudantes de graduação e de pós-graduação, aos quais registramos nossos agradecimentos.

5 Também devemos registrar nossos agradecimentos pelas valiosas contribuições de pesquisadores e colaboradores no primeiro *workshop* da pesquisa realizado no ano de 2013.

6 Os principais motivos para a não realização das demais entrevistas foram: o(a) vereador(a) encontrava-se fora do município, a trabalho em outra cidade ou em tratamento de saúde; eram suplentes que tinham acabado de assumir o cargo no lugar de vereadores eleitos deputados nas eleições de 2014; ou devido à impossibilidade de compatibilizar a agenda do vereador com o tempo de permanência do entrevistador no município. Os casos de recusa explícita do(a) vereador(a) em participar da pesquisa foram bastante raros.

7 O tamanho foi definido com base nos dados e na classificação do IBGE (2010): pequeno (até 20 mil habitantes), médio (mais de 20 até 100 mil habitantes) e grande (mais de 100 mil habitantes). O grau de pobreza foi definido com base no Atlas de Desenvolvimento Humano (2010), levando em consideração a proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais. Os três estratos de pobreza são: rico (até 20% de pobres), pobreza média (entre 20 e 40% de pobres) e pobre (mais de 40% de pobres). Nenhum município do estado se caracteriza como médio-pobre, grande pobre ou grande-pobreza média, razão pela qual não trabalhamos com esses estratos.

com o perfil dos vereadores eleitos em 2012. A amostra sobrerrepresenta os municípios grandes à custa de uma sub-representação dos pequenos, escolha feita para viabilizar um número razoável de casos no primeiro estrato. Quanto aos municípios de porte médio, a distribuição da amostra é bastante similar à do estado. Quanto ao sexo e à escolaridade dos vereadores, há bastante convergência entre a amostra e os vereadores eleitos no estado e no país no ano de 2012.

Portanto, embora não permita realizar inferências para o conjunto dos vereadores, a amostra resultante permite analisar vários aspectos de suas atividades representativas em diferentes contextos, o que foi possível devido à extensão geográfica e à diversidade sociodemográfica e econômica do estado de Minas Gerais.

Para compreender o uso que os vereadores fazem do instrumento denominado indicação, realizamos uma análise descritiva e exploratória dos dados de opinião. Em primeiro lugar, analisamos a forma como os vereadores concebem a representação e seus vínculos com os cidadãos e grupos sociais, de modo geral. Em segundo lugar, mantivemos nosso foco sobre as indicações com vistas a identificarmos a frequência com que são utilizadas pelos vereadores e recebem uma resposta do Executivo. Começamos por analisar as respostas dos vereadores a respeito de qual função mais valorizam e os interesses que priorizam no exercício do mandato.

TABELA 1. Função mais importante no exercício do mandato

Função	1º lugar		2º lugar	
	%	N	%	N
Elaborar leis	17,8	75	14,9	62
Resolver os problemas do seu município	40,8	172	23,7	99
Resolver os problemas de seu bairro, distrito ou região	10,4	44	12,9	54
Fiscalizar a atuação do prefeito	29,4	124	39,8	166
Defender os interesses do seu partido	0	0	0,2	1
Propor emendas ao orçamento municipal	1,4	6	8,2	34
Outra função	0,2	1	0,2	1
Total	100	422	100	417

Fonte: Base de dados da pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, PPGCSO/UFJE, 2015.

A Tabela 1 mostra que mais de 40% dos vereadores consideram que a função mais importante é resolver os problemas do município, seguido de fiscalizar a atuação do prefeito, apontada por 29,4%. Em segundo lugar, as duas alternativas

reaparecem como as mais citadas, mas em ordem inversa. Ou seja, 70,2% dos vereadores na primeira questão e 63,5% na segunda questão concentraram-se nestas duas funções. Apenas em terceiro lugar, na primeira e na segunda questão, os vereadores optaram por “elaborar leis”. Os dados contrariam algumas das expectativas associadas à atuação dos vereadores, a começar pela pequena importância que as duas atividades canônicas – legislar e fiscalizar<sup>8</sup> – possui para eles. Além disso, os dados sugerem que a maioria dos vereadores se ocupa, prioritariamente, dos problemas de todo o município, e não do atendimento a demandas particulares de suas bases eleitorais. Quanto a esta questão, contudo, podemos estar diante do efeito da resposta socialmente desejável. A Tabela 2 acrescenta informação neste sentido.

TABELA 2. Interesses que representa prioritariamente no atual mandato

<b>Interesses prioritários</b>	<b>%</b>	<b>N</b>
Dos eleitores do seu partido	4,3	18
Dos eleitores de seu bairro, distrito ou região	58,4	246
De toda população do município (não lida pelo entrevistador)	25,2	106
De determinado grupo social, religioso, econômico do município	10,9	46
Outro	1,2	5
Total	100,0	421

Fonte: Base de dados da pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, PPGCSO/UFJF, 2015.

Quando perguntamos aos vereadores quais interesses eles representavam prioritariamente no exercício do mandato, os entrevistadores foram orientados a não ler a alternativa “de toda a população do município”. Sem a alternativa mais universalista, quase 60% dos entrevistados respondeu que priorizavam os interesses dos eleitores de seu bairro, distrito ou região. Apesar do efeito do socialmente desejável na primeira questão, é necessário considerar que se tratando de municípios pequenos – maioria na amostra pesquisada – é mais difícil estabelecer uma distinção entre o que seria uma base eleitoral dispersa e uma concentrada. Isto é, a base eleitoral do vereador pode não estar circunscrita geograficamente e, de fato, incluir eleitores que estão espalhados pelo município. Ao menos um quarto dos vereadores afirmou representar os interesses de todo município, de forma es-

8 A atuação dos vereadores na fiscalização do prefeito não é o foco deste artigo. A título de esclarecimento vale destacar que entre os vereadores que afirmaram pertencer à oposição, 45,2% apontaram a fiscalização como a função mais importante. Entre os que afirmaram apoiar o governo, este percentual foi de 21,5%.

pontânea. Logo, a maioria dos vereadores considera que representar os interesses e resolver problemas (do município ou de áreas da cidade), é sua principal função. Como destacamos, isto pode ser feito por meio das indicações.

Outro dado importante diz respeito à intensidade das relações cotidianas entre vereadores e eleitores. Quanto a isso, vimos que 63,3% dos entrevistados afirmaram que são procurados todos os dias e, 29,1% afirmaram que são procurados algumas vezes por semana. Sobre as principais razões da procura, a Tabela 3 mostra que “fazer pedidos” foi apontado por 60% dos vereadores, seguida por “fazer reclamações sobre órgãos e serviços públicos”, alternativa apontada por 20% em primeiro lugar. Os dois motivos reaparecem na segunda pergunta (em segundo lugar), em ordem inversa.

TABELA 3. Principal motivo pelo qual é procurado pelos eleitores

Motivo da procura	1º lugar		2º lugar	
	%	N	%	N
Apresentar denúncia	3,8	16	4,6	19
Conseguir alguma informação	11,7	49	12,5	51
Fazer pedidos	60,0	252	22,0	90
Dar sugestões	3,8	16	13,9	57
Fazer reclamações sobre órgãos e serviços públicos	20,2	85	46,9	192
Outro motivo	0,5	2	0,0	0
Total	100,0	420	100,0	409

Fonte: Base de dados da pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, PPGCSO/UFJF, 2015.

Como já destacamos, as indicações podem ser utilizadas para uma grande variedade de assuntos, além de serem utilizadas para dar resposta a alguma sugestão ou denúncia apresentada por eleitor ou organização social. Antes de analisarmos a frequência do uso das indicações, vale a pena detalharmos os tipos de pedidos apresentados pelos eleitores. Perguntamos aos vereadores os tipos de pedidos mais comuns recebidos por eles, em primeiro, segundo e terceiro lugar. A Tabela 4 mostra que os principais são: emprego, atendimento em equipamentos de saúde e melhorias na rua e no bairro. Estes foram os principais pedidos citados nas duas primeiras questões. Na terceira eles reaparecem ao lado de “ajuda para obter atendimento em órgãos públicos” que aparece em primeiro lugar. Com exceção dos pedidos de emprego, os demais podem ser e frequentemente são objeto das indicações.

TABELA 4. Principais pedidos apresentados pelos eleitores (em %)

<b>Função</b>	<b>1º lugar</b>	<b>2º lugar</b>	<b>3º lugar</b>
Apoio a causas coletivas	11,4	6,0	7,5
Emprego	21,2	15,2	12,5
Vaga em escola	0,5	2,2	3,0
Atendimento médico/ambulância/vaga em hospital	30,0	17,1	12,8
Assessoria jurídica/advogado	2,1	3,6	4,5
Melhorias na rua ou no bairro	15,5	22,7	17,3
Transporte	1,2	3,1	6,0
Dinheiro	3,6	5,3	5,3
Ajuda para tirar documentos	1,2	3,6	4,3
Ajuda para obter atendimento em órgãos públicos	3,6	10,8	18,3
Recursos materiais como gás, cesta básica, material escolar, material de construção	9,5	10,4	7,0
Outro	0,2	0,0	1,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Base de dados da pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, PPGCSO/UFJF, 2015.

Antes de analisar a forma como os vereadores buscam atender aos pedidos e se existe alguma associação entre a estratégia de resposta e os tipos de pedidos, é importante analisar as atividades mais desenvolvidas pelos vereadores durante seu mandato e o peso das indicações nesse conjunto. É o que mostramos na Tabela 5.

TABELA 5. Frequência no desempenho de algumas atividades no mandato (em %)

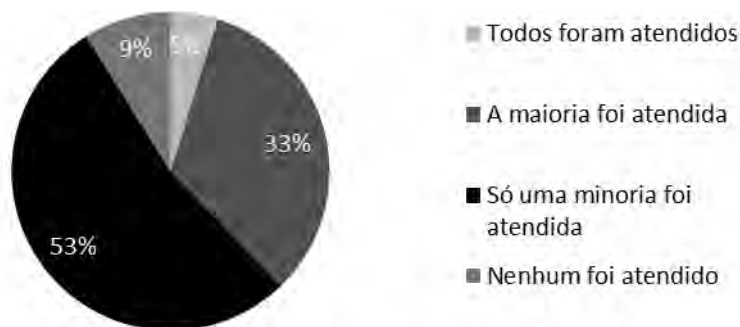
<b>Atividade</b>	<b>Raramente ou nunca</b>	<b>Algumas vezes</b>	<b>Muitas vezes</b>
Apresentou projeto de lei	24,9	50,0	25,1
Apresentou emenda a projeto de lei orçamentária	32,5	47,4	20,1
Apresentou indicação ou requerimento	7,3	19,7	73,0
Apresentou moções e homenagens	42,3	36,8	20,9
Fez contato com prefeito/secretários para solicitar atendimento de demandas dos eleitores	11,6	23,5	64,8
Fez discurso no plenário da câmara	22,0	29,6	48,3
Solicitou a realização de uma audiência pública	58,9	27,8	13,3

Fonte: Base de dados da pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, PPGCSO/UFJF, 2015.

Como esperado, as indicações e a mediação junto a prefeitos e secretários municipais aparecem como as atividades mais frequentes no cotidiano dos vereadores. Um elemento importante a considerar aqui é em que medida essas duas atividades – uma de cunho formal e outra mais informal – caminham lado-a-lado. Ou seja, é possível imaginar que os contatos com autoridades do Executivo funcionem como um mecanismo de reforço: o vereador apresenta a indicação e, simultaneamente, utiliza seu acesso ao Executivo para pressionar por seu atendimento. Isto quando nem sequer apresenta a indicação e já estabelece contato direto, dependendo do relacionamento que possui com o prefeito e/ou secretários.

As atividades menos frequentes, segundo os vereadores, são o requerimento de audiência pública, a apresentação de moções e homenagens (que podem não estar previstas em algumas câmaras) e as emendas ao orçamento. Os projetos de lei aparecem numa posição intermediária: apenas um quarto dos entrevistados afirmou ter apresentado muitas vezes, e metade deles afirmou ter apresentado algumas vezes. A realização de discursos no plenário da câmara apareceu em terceiro lugar como a atividade mais frequente.

GRÁFICO 1. Frequência de indicações/requerimentos que foram atendidos pela prefeitura/secretarias



Fonte: Base de dados da pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, PPGCSO/UFJE, 2015.

O Gráfico 1 mostra que cerca de metade dos entrevistados afirmou que apenas a minoria de suas indicações ou requerimentos foram atendidos. Cerca de um terço afirmou que a maioria foi atendida, enquanto 9% afirmaram que nenhuma indicação foi atendida e apenas 5% disseram que todas as indicações foram atendidas. Em um contexto de escassez de recursos e de competição em torno da

definição de prioridades e da distribuição de benefícios, é razoável esperar que alguns vereadores tenham mais sucesso do que outros em ver suas solicitações atendidas pelo Executivo. Voltando à análise dos pedidos, vemos que diferentes tipos de demandas parecem estar associados a distintas estratégias de atendimento dos vereadores.

TABELA 6. Tipo de pedido mais frequente x Forma de atender aos pedidos (agrupados por categorias e em %)<sup>9</sup>

Pedidos	Apresenta PL	Apresenta indicação/requerimento	Faz contato com prefeito/secretários	Usa recursos próprios/de amigos e familiares	Encaminha para órgão competente
Apoio a causas coletivas	16,7	47,9	20,8	2,1	12,5
Melhorias na rua/bairro	4,6	41,5	29,2	4,6	20,0
Ajuda para atendimento em órgãos públicos	1,3	33,1	26,8	19,1	19,7
Emprego	2,2	36,0	28,1	15,7	18
Pedidos individuais/materiais	1,6	11,5	24,6	42,6	19,7
Total	3,8	33,6	26,4	17,6	18,6

Fonte: Base de dados da pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, PPGCSO/UFJF, 2015.

A Tabela 6 mostra que a apresentação de projetos de lei não é uma estratégia muito importante quando se trata de oferecer respostas aos pedidos dos eleitores. Para isso, os vereadores se valem mais frequentemente da apresentação de indicações e de requerimentos e da mobilização de autoridades e funcionários da administração municipal, como o prefeito, secretários municipais e servidores de outros setores do serviço público.

Os dados mostram que apresentar uma indicação/requerimento é a resposta mais comum para todos os tipos de pedidos, com exceção dos pedidos individuais e de cunho material. Neste caso, a estratégia mais corriqueira é utilizar os recursos próprios e mobilizar a rede familiar e pessoal. Para todos os tipos de pedidos a segunda estratégia mais comum é fazer contato com prefeitos e secretários. Essa

9 Agrupamos como “pedidos individuais e materiais”: transporte, dinheiro, recursos materiais como gás, cesta básica, material escolar, material de construção. E agrupamos como “mediação para obter atendimento em órgãos públicos”: vaga em escola, vaga em hospital, atendimento médico, ambulância, ajuda para obter atendimento em órgãos públicos, assessoria jurídica e ajuda pra tirar documentos.

resposta reitera a importância do Executivo municipal que é aquele que efetivamente pode adotar medidas e ações concretas para atender às reivindicações mais imediatas dos eleitores.

Embora a apresentação da indicação e o acionamento do Executivo possam caminhar lado a lado como duas medidas necessárias para oferecer uma resposta ao pedido do eleitor, precisamos considerar aqui a diferença entre as duas estratégias. A alternativa “apresentar uma indicação/requerimento” se distingue da alternativa “buscar a ajuda do prefeito, secretários e funcionários da prefeitura” pelo caráter mais formal da primeira e informal da segunda. No primeiro caso, estamos nos referindo a uma prerrogativa de todos os vereadores que pode ser acionada independente dos vínculos e das relações mantidas por eles com o Poder Executivo. No segundo caso, estamos diante de uma estratégia mais informal. O vereador pode simplesmente telefonar para o prefeito, para o secretário com poder de tomar a providência necessária ou mesmo para um funcionário com o qual tenha maior contato. Nessa segunda estratégia, o grau de acesso do vereador às autoridades da administração municipal pode ser um diferencial importante (KUSCHNIR, 2000).

Ao contrário do que se poderia esperar, não é muito comum que os vereadores mobilizem sua rede pessoal e peçam a ajuda de amigos e familiares para responder às demandas dos eleitores. Menos de 20% escolheu essa alternativa, embora ela seja prioritária quando se trata de atender pedidos individuais e materiais.

A Tabela 6 mostra, ainda, que respostas de cunho mais institucional – projetos de lei, indicações e requerimentos – representam mais de um terço das respostas dos vereadores, ficando 7,4 pontos percentuais atrás de modos mais informais de mediação política. A utilização de recursos próprios, de parentes ou amigos foi a que apareceu na primeira resposta de apenas 18% dos vereadores.

Parece haver, de fato, uma associação entre o tipo de pedido e o tipo de resposta no sentido proposto por Almeida e Lopez (2012). Para os autores, pedidos particulares contam com possibilidades mais amplas dos vereadores de mobilizarem recursos próprios ou sua rede de contato, inclusive particular. Enquanto pedidos coletivos necessitam da mobilização de recursos públicos. Com efeito, os dados mostram que as estratégias mais institucionais só são maioria quando se trata de apoiar causas coletivas, sendo para este tipo de pedidos que os projetos de lei aparecem com maior frequência. A mobilização de recursos próprios ou da rede pessoal é mais comum quando se trata de atender aos pedidos individuais dos eleitores.



## VARIAÇÕES NO USO DAS INDICAÇÕES E FATORES ASSOCIADOS

■ A fim de identificarmos variações na frequência do uso das indicações e no sucesso do atendimento às solicitações com base na percepção dos vereadores, primeiro consideramos o porte do município, nos três estratos da amostra. A Tabela 7 mostra que, embora nos três estratos mais de 60% dos vereadores tenham afirmado que apresentaram muitas indicações, a frequência de uso deste instrumento é maior nos municípios médios e grandes quando comparados com os pequenos. É provável que nos municípios menores seja mais fácil para os vereadores lançarem mão dos contatos pessoais com autoridades da administração municipal, o que os permitiria dispensar o mecanismo formal da indicação.

TABELA 7. Uso das indicações durante o mandato por porte do município (em %)

Porte	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Muitas vezes
Pequeno	3,6	5,6	24,7	66,1
Médio	0,0	0,0	14,5	85,5
Grande	1,1	7,4	10,5	81,1
Total	2,4	5,0	19,7	73,0

Fonte: Base de dados da pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, PPGCSO/UFJF, 2015.

Criamos uma variável denominada “frequência e sucesso no uso das indicações” para diferenciar os vereadores em termos da intensidade no uso desse instrumento e de seu sucesso em ver as indicações atendidas no âmbito do Poder Executivo. A variável apresenta uma escala de 1 a 8, sendo 1 o vereador que nunca apresentou uma indicação e, logo, não teve nenhuma atendida, até 8, que corresponde ao vereador que apresentou muitas indicações e teve todas elas atendidas. Na prática, nenhum vereador foi classificado nos *scores* 1 e 2, sendo que a variável apresentou valores entre 3 a 8 com uma média de 5,99 e desvio-padrão de 0,919 (que resulta em um coeficiente de variação de 15,34, convencionalmente considerado baixo e indicador de homogeneidade). Um quarto dos vereadores se concentrou nos pontos 3 a 5; um quarto se concentrou no ponto 7; e cerca de metade se concentrou no ponto 6.

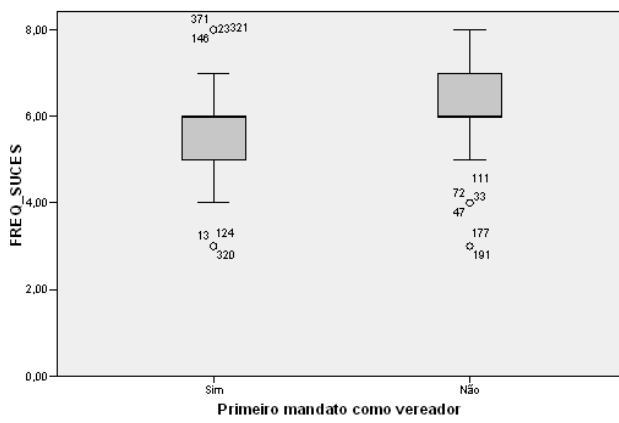
A análise mostrou que não existe variação importante por sexo ou por ideologia na intensidade do uso das indicações e no sucesso em vê-las atendidas. Buscamos, então, analisar a distribuição da variável em função de outros atributos

dos vereadores que consideramos importantes do ponto de vista político, como: (1) experiência, expressa no número de mandatos como vereador; (2) ocupação de cargos de liderança na Câmara Municipal (liderança de bancada e lugar na Mesa Diretora); e (3) posição em relação ao governo.

Esperamos que a frequência no uso das indicações e o sucesso em vê-las atendidas sejam maiores entre vereadores mais experientes, que afirmaram apoiar o governo e que ocupavam posição de liderança na Câmara em comparação com os vereadores de oposição e independentes, de primeiro mandato e que não ocupavam posição de liderança. Isto se baseia na compreensão da literatura de que governistas e lideranças que apoiam o Executivo possuem canais mais facilitados no governo, enquanto opositoristas e liderados no Legislativo ficam mais à mercê do Executivo e dos líderes, respectivamente.

O Gráfico 2 mostra que entre os vereadores novatos o uso das indicações e o sucesso no atendimento é bem inferior em relação aos veteranos. Neste caso, a longevidade da carreira na Câmara pode tornar o vereador mais familiarizado com as regras do jogo aumentando sua capacidade para mobilizar os instrumentos à sua disposição com maior eficiência. Em outras palavras, diante de uma demanda do eleitor, o vereador mais experiente pode estar mais preparado para decidir quando vale mais a pena apresentar uma indicação, quando é melhor acionar diretamente as autoridades do Executivo ou, simplesmente, usar seus próprios recursos. Além disso, muitos mandatos podem se converter em um capital político importante nas negociações junto ao Executivo.

GRÁFICO 2. Frequência no uso e sucesso com as indicações por número de mandatos



Ocupar cargo de liderança no interior da Câmara também parece aumentar as chances de apresentar indicações e vê-las atendidas, embora, neste caso, as diferenças entre os dois grupos tenham sido menores. Os Gráficos 3 e 4 mostram que no grupo dos liderados a chance de usar a indicação e de vê-la atendida varia muito mais quando comparado com o grupo dos líderes.

GRÁFICO 3. Frequência no uso e sucesso com as indicações x ocupação de cargo de liderança

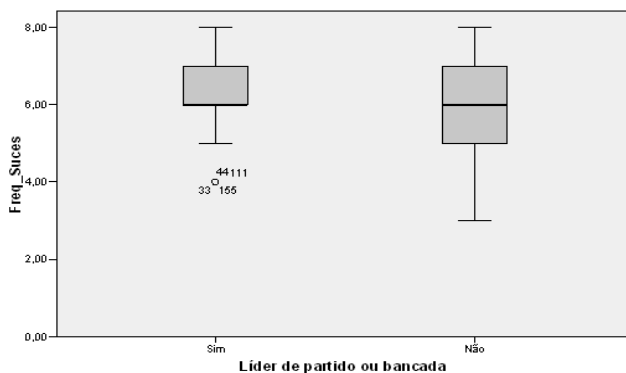
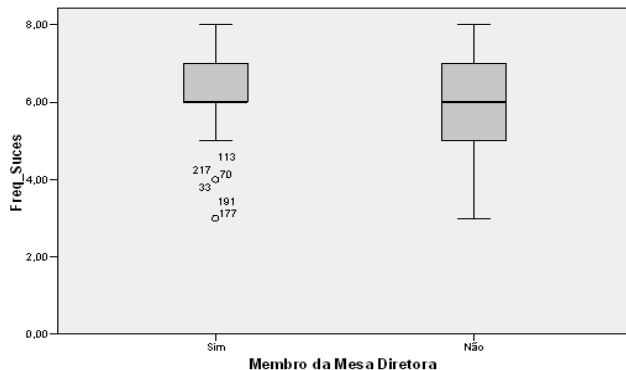


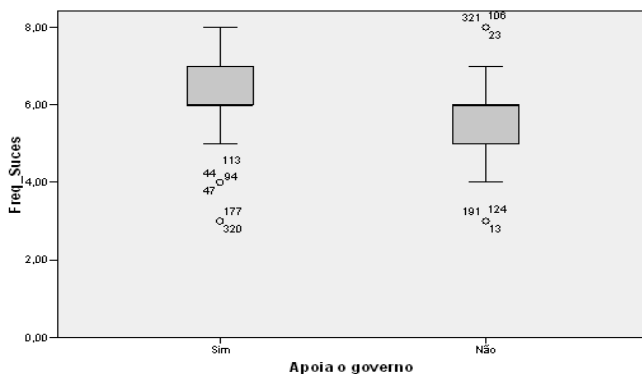
GRÁFICO 4. Frequência no uso e sucesso com as indicações x cargo na Mesa Diretora



A relação mais clara ocorre no que se refere à posição em relação ao governo. Conforme o esperado, vereadores que apoiam o governo apresentam mais indicações e têm mais sucesso em vê-las atendidas quando comparados com vereadores da oposição e independentes. Fazendo parte da base de apoio ao governo o vereador tem mais acesso aos órgãos e às autoridades da administração municipal. Suas indicações recebem maior atenção e consideração por parte daqueles que

têm poder para tomar alguma providência. Com acesso facilitado, o vereador governista pode, também, usar seus contatos políticos, pessoais e informais com as autoridades públicas como forma de reforçar as suas solicitações e pressionar por uma resposta.

GRÁFICO 5. Frequência no uso e sucesso com as indicações x posição em relação ao governo



Esse resultado nos leva de volta à tese de que, por meio da apresentação das indicações, o vereador exerce um papel de auxiliar do prefeito. A hipótese é a de que devido a seus contatos cotidianos com os eleitores e à sua penetração nas redes locais, nos bairros e regiões do município, os vereadores estão em melhores condições de detectar os problemas e canalizá-los para os órgãos correspondentes da administração municipal. Quanto a isso, perguntamos aos vereadores qual era seu papel mais importante em relação ao prefeito. A Tabela 8 apresenta o cruzamento destas respostas em relação à posição política do vereador em relação ao governo.

TABELA 8. Papel mais importante do vereador em relação ao prefeito x posição em relação ao governo

Posição	Fiscalizar e controlar suas ações		Ajudar a identificar e a solucionar os problemas do município		Vereadores e Prefeitos têm papéis diferentes	
	%	N	%	N	%	N
Governo	33,5	76	66,5	151	0,0	0
Oposição/Independente	56,0	108	43,5	84	0,5	1
Total	43,8	184	56,0	235	0,2	1

Fonte: Base de dados da pesquisa Representação política no nível municipal no Brasil, PPGCSO/UFJE, 2015.

Os dados parecem corroborar aquele entendimento. No total das respostas, vemos que mais da metade dos vereadores considera que sua principal função é ajudar a identificar e a solucionar os problemas do município. Mas, há uma diferença clara entre vereadores que apoiam o governo e os que se declararam de oposição e independentes. Enquanto os primeiros, em sua maioria, destacam o papel de “ajudante”, os últimos enfatizam mais o papel de fiscalização e de controle.

#### Considerações finais

A sabedoria convencional sobre o papel das câmaras municipais no Brasil e sobre o exercício da vereança, difundidas na mídia e reproduzida, inclusive, no meio acadêmico, retrata os Legislativos municipais como instituições frágeis e improdutivas, e os vereadores como atores políticos pouco relevantes cuja atuação apresenta poucos impactos sobre a elaboração de políticas públicas e, logo, sobre a vida da população. Em grande medida, os vereadores são vistos como políticos que contribuem para reproduzir o que existiria de mais arcaico e vicioso no sistema político, dedicando-se a atividades que, via de regra, são desqualificadas por seu caráter clientelista e assistencialista. A difusão desse imaginário contribui para uma visão das Câmaras Municipais e dos vereadores mais como um fardo – considerando os gastos com a manutenção das instituições e os subsídios dos vereadores – do que como canais legítimos de representação dos cidadãos no nível local. Não raro, há os que defendem o fim destas casas.

É como se a desconfiança generalizada sobre o Poder Legislativo no Brasil e os partidos políticos atingisse seu ápice em se tratando de tais organizações locais. Estudos recentes, contudo, vem problematizando uma série de afirmações sobre essas instituições e seus membros mostrando que, ao contrário do que comumente se afirma, os vereadores podem desempenhar uma função relevante na representação dos interesses e demandas de sua comunidade. Desde que possamos ter claro que representar localmente os eleitores é também atender às suas demandas imediatas.

O maior interesse pela política municipal, nas últimas décadas, tem contribuído imensamente para ampliar nossa compreensão sobre a vereança e sobre as interações entre representantes e representados no nível municipal. Argumentamos, entretanto, que os achados empíricos recentes não são capazes de alterar, de forma isolada, a forma como as Câmaras Municipais e os vereadores são abordados no Brasil, sem que, simultaneamente, sejam problematizadas as formas como a própria representação tem sido concebida. Além disso, é necessário considerar o contexto específico em que boa parte dos vereadores desempenha sua função. Segundo as estimativas populacionais publicadas pelo IBGE para o

ano de 2016, quase a metade da população brasileira (43,6%) vive em municípios com até 100 mil habitantes.

Neste contexto, não só existe um menor hiato entre o perfil populacional dos vereadores e da população brasileira como um todo, como o próprio acesso aos representantes é muito mais facilitado. O universo de problemas e demandas circunscreve-se àquilo que a Constituição reserva aos municípios e a própria atuação dos vereadores está limitada a alguns tipos de políticas públicas sobre as quais eles podem exercer maior influência. Diante desse quadro, o atendimento às demandas e reivindicações dos eleitores aparece com destaque entre as atividades que os vereadores desempenham e que os eleitores esperam que eles desempenhem.

As evidências reunidas por nós, mesmo em se tratando de dados de percepção que necessitam ser combinados a indicadores mais objetivos de comportamento para um melhor entendimento, ajudam a compreender de forma mais acurada uma dimensão importante da atividade representativa no nível municipal. Entre outros achados, mostramos que: (1) os vereadores priorizam a busca de solução dos problemas do município, afirmam representar prioritariamente os eleitores dos bairros, distritos e regiões, mas também atribuem importância à fiscalização; (2) mantêm contatos cotidianos com os eleitores sendo acionados, na maior parte das vezes, para a apresentação de pedidos; (3) os pedidos diferem amplamente entre coletivos e individuais, materiais e imateriais; (4) ao contrário do que se poderia esperar, os vereadores não mobilizam com muita frequência seus próprios recursos e sua rede pessoal para atender aos pedidos; (5) preferem acionar os órgãos do Executivo por meio das indicações e de contatos informais com o prefeito e os secretários municipais.

Mostramos também que a indicação é um instrumento do Legislativo por meio dos quais os vereadores solicitam diversos tipos de bens públicos tangíveis e intangíveis ao Poder Executivo para atendimento de demandas dos seus eleitores. Especificamente sobre elas mostramos que: (1) são amplamente utilizadas pelos vereadores, independentemente de sexo e ideologia; (2) são utilizadas com maior frequência pelos vereadores entrevistados quando comparadas a outros instrumentos, como os projetos de lei; (3) destinam-se, principalmente, ao atendimento de pedidos de melhorias na rua e no bairro e atendimento em órgãos públicos.

A análise também sugere que existe uma diferença na intensidade do uso das indicações em função do porte do município. Seu uso é mais intenso nos municípios médios e grandes em comparação com os pequenos. No que se refere ao impacto de atributos individuais, vimos que vereadores mais experientes, que

ocupam posições de liderança na Câmara e, principalmente, que apoiam o governo, usam mais as indicações e têm maior sucesso em seu atendimento.

Nossos achados sugerem que não há um sentido inequívoco nas indicações apresentadas pelo vereador. Os eleitores podem procurar os vereadores por uma série de motivos e estes últimos podem desempenhar várias funções junto aos eleitores. Com exceção das ações que claramente implicam em práticas antiéticas e ilegais, todas elas devem ser vistas como parte do que se considera representar e ser representado no município.

---

BRUNO SOUZA DA SILVA · Doutorando em Ciência Política na UNICAMP. Professor de cursos de Educação Política em projetos da Fundação Konrad Adenauer Stiftung no Brasil sob coordenação do Prof. Dr. Humberto Dantas. Colunista político no blog “Legis-Ativo” do Jornal Estadão realizado em parceria com o Movimento Voto Consciente (MVC). Pesquisador do Grupo de Estudos Legislativos (UNICAMP) e do Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO/ICH/UFJF). Atualmente desenvolve pesquisas nos seguintes temas: 1) Câmaras Municipais, vereadores, processo legislativo e relações entre Executivo e Legislativo municipal; 2) Representação política e eleições; 3) Democracia e processos de Educação Política.

MARTA MENDES DA ROCHA · Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Desenvolve pesquisas sobre política e governo local no Brasil e na América Latina. Tem interesse pelos temas: teoria política, política comparada, representação, descentralização, clientelismo e política local. Na UFJF, coordena o Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO/ICH/UFJF).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.; LOPEZ, F. G. (2012). *Legisladores, Captadores e Assistencialistas: A Representação Política no Nível Local. Texto para discussão 1779/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Brasília:Rio de Janeiro: Ipea, 2012.
- ANDRADE, Regis de C. (Org.) *Processo de governo no município e no estado: uma análise a partir de São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- COUTO, C. G.; ABRUCIO, F. L. *Governando a cidade? A força e a fraqueza da Câmara Municipal*. São Paulo em Perspectiva, v.9, n.2, p. 57-65, 1995.
- D'AVILA FILHO, P. M.; JORGE, V. L.; LIMA, P. C. *Comportamento político e produção legislativa: padrões de emissão de "indicações" pelos vereadores cariocas*. In: ROCHA, M. M. e KERBAUY, M. T. *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.
- FIORINA, Morris P. *Congress Keystone of the Washington Establishment*. Yale University Press, 1977.
- KUSCHINIR, K. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- KERBAUY, M. T. *As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local*. Opinião Pública, v. 11, n. 2, p. 337-365, 2005.
- LAVAREDA, A.; TELLES, M. (Orgs.). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- NETO, J. *Câmaras municipais no Brasil: ascensão e declínio*. São Paulo: Taubaté, 2003.
- POWER, T. *Presidencialismo e coalizão e o design institucional no Brasil: o que sabemos até agora?* In: BRAGA, R.; SATLHER, A. *Legislativo pós-1988: reflexões e perspectivas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, pp.15-46, 2015.
- ROCHA, M.; KERBAUY, M. T. *Poder local e representação política nos municípios brasileiros: contribuições para uma agenda de pesquisas*. In: ROCHA, M. e KERBAUY, M. T. (org.). *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.
- SILVA, B. *Produção legislativa e relações Executivo-Legislativo no nível local: uma análise das indicações e dos requerimentos na Câmara Municipal de Araraquara-SP*. In: ROCHA, M. e KERBAUY, M. T. (org.). *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.
- SILVA, P. C. *O poder legislativo municipal: estrutura, composição e produção*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2014.